

Francis Bacon e a ruptura com a tradição escolástica: a fundamentação empírica do saber moderno

Francis Bacon and the rupture with the scholastic tradition:
the empirical grounded of modern knowledge

Wesley Kauã Ortiz

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE¹

José Dias

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE²

238

RESUMO

No presente artigo, analisa-se a ruptura promovida por Francis Bacon (1561-1626) em relação à tradição escolástica e à filosofia aristotélica, destacando seu papel decisivo na formação da Filosofia Moderna. Partindo de um contexto histórico marcado pela subordinação do saber à Teologia, Bacon propõe uma nova concepção de ciência baseada na observação, na experiência e no método indutivo. Essa proposta representa uma reforma do conhecimento que busca libertar o intelecto dos erros e preconceitos acumulados ao longo dos séculos, expressos na Doutrina dos Ídolos. Ao identificar e combater os ídolos da tribo, da caverna, do foro e do teatro, Bacon inaugura uma atitude crítica que antecipa a epistemologia moderna e redefine a relação entre o homem e a natureza. O conhecimento deixa de ser contemplativo e torna-se instrumento de poder e utilidade, subordinado ao rigor metodológico e à verificação empírica. Assim, a filosofia baconiana se configura como um ponto de inflexão entre o pensamento medieval e o moderno, ao substituir a especulação pela experiência e ao estabelecer as bases do método científico.

PALAVRAS-CHAVE

Francis Bacon; Filosofia Moderna; Método Indutivo; Doutrina dos Ídolos; Ciência e Experiência;

ABSTRACT

¹ E-mail: wesleykauaortiz4@gmail.com; Orcid: 0009-0006-5893-5732

² Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: prof.dias.br@gmail.com; Orcid: 0000-0002-5339-8652

This article examines the rupture carried out by Francis Bacon (1561-1626) in relation to scholastic tradition and Aristotelian philosophy, emphasizing his decisive role in the formation of Modern Philosophy. Emerging from a historical context in which knowledge was subordinated to theology, Bacon proposed a new conception of science grounded in observation, experience, and the inductive method. His project represents a reform of knowledge aimed at freeing the intellect from the errors and prejudices accumulated over the centuries, expressed in the Doctrine of the Idols. By identifying and confronting the Idols of the Tribe, the Cave, the Market, and the Theatre, Bacon inaugurates a critical attitude that anticipates modern epistemology and redefines the relationship between man and nature. Knowledge ceases to be merely contemplative and becomes an instrument of power and usefulness, guided by methodological rigor and empirical verification. Thus, Bacon's philosophy marks a turning point between medieval and modern thought, replacing speculation with experience and establishing the foundations of the scientific method.

KEYWORDS

Francis Bacon; Modern Philosophy; Inductive Method; Doctrine of the Idols; Science and Experience;

INTRODUÇÃO

A Filosofia Moderna nasce em um momento de profundas transformações culturais, científicas e religiosas na Europa. O período que sucede a Idade Média é marcado pela crise da autoridade e pela gradual emancipação da razão em relação à Teologia. A cosmologia aristotélico-ptolomaica, que sustentava uma visão hierárquica e finita do universo, começa a ser questionada por novas descobertas astronômicas e pelo desenvolvimento das ciências naturais. O Renascimento, ao valorizar a experiência e a razão, inaugura uma nova sensibilidade intelectual que desloca o foco do pensamento do mundo celeste para o humano, da especulação metafísica para a observação empírica.

Nesse contexto, Francis Bacon (1561-1626) surge como uma das figuras mais representativas da ruptura com o pensamento escolástico e da fundação da ciência moderna. Jurista, político e filósofo inglês, Bacon propõe uma reestruturação completa do saber humano, cujo ponto de partida é a experiência. Sua obra *Novum Organum*, publicada em 1620, constitui o núcleo de um vasto projeto denominado *Instauratio Magna*, por meio do qual defende a necessidade de instaurar um novo método para a investigação da natureza. Contra o modelo dedutivo de inspiração aristotélica, Bacon propõe o método indutivo, fundado na observação sistemática e na experimentação. O conhecimento, para ele, deve ser construído a partir dos fatos e não das abstrações.

A crítica baconiana à tradição filosófica não se limita à recusa do silogismo e da lógica formal. Ela implica um diagnóstico mais profundo sobre as causas que corrompem o intelecto humano e impedem o avanço do conhecimento. Essa reflexão culmina na *Doutrina dos Ídolos*, apresentada na obra *Novum Organum*, que descreve os principais erros que obscurecem a mente e distorcem a percepção da realidade.

Desmascarar tais ídolos é condição prévia para a construção de uma ciência verdadeiramente segura e útil à humanidade.

O presente artigo tem como objetivo examinar o pensamento de Francis Bacon a partir de dois eixos fundamentais: a crítica à filosofia tradicional e a formulação do método indutivo como fundamento empírico do saber moderno. Busca-se mostrar que sua proposta, ao mesmo tempo crítica e construtiva, representa o ponto de inflexão que conduz do pensamento medieval à Filosofia Moderna, inaugurando uma nova atitude diante do conhecimento e da natureza.

1 O CONTEXTO DE RUPTURA DA FILOSOFIA MODERNA

A Filosofia Moderna emerge em um dos períodos mais intensos de transformação da história intelectual do Ocidente. Entre os séculos XV e XVII, a Europa vivencia uma profunda crise de paradigmas que atinge não apenas o campo científico, mas também o campo religioso, político e moral. O mundo medieval, sustentado pela síntese entre fé e razão realizada por Tomás de Aquino (1225-1274), começa a perder sua unidade. O saber, que antes se orientava para a contemplação da ordem divina, passa a buscar uma explicação autônoma dos fenômenos naturais. A verdade deixa de ser uma revelação e começa a ser concebida como resultado de um processo humano de investigação.

Durante a Idade Média, o conhecimento encontrava-se profundamente vinculado à Teologia e às estruturas de autoridade da Igreja Católica. O pensamento aristotélico, reinterpretado pela Escolástica, especialmente por Tomás de Aquino, oferecia uma concepção do cosmos como “hierarquia perfeita e estática”. A Terra era o centro do universo, e todo o sistema celeste girava em torno de um princípio teológico: o Criador como causa final de todas as coisas. O mundo era finito, ordenado e qualitativo; cada ser ocupava um lugar fixo na escala da criação. Nesse modelo, o saber humano permanecia subordinado à fé, e a Filosofia se tornava serva da Teologia – *ancilla theologiae*. Conhecer a natureza era, em última instância, compreender o desígnio divino inscrito nela, e não a transformar.

Esse quadro começa a se modificar com o Renascimento, movimento que, ao mesmo tempo em que redescobre a Antiguidade clássica, promove a valorização da experiência humana e da capacidade criadora do intelecto. A recuperação dos textos de Platão (428-347 a.C.), Plotino (204-270), Lucrecio (94-55 a.C.) e outros autores antigos abre novas perspectivas sobre a natureza e o homem. O humanismo renascentista coloca o ser humano no centro da reflexão filosófica, afirmando sua dignidade, sua liberdade e sua potência racional. O teocentrismo medieval cede gradualmente lugar ao antropocentrismo, que não nega Deus, mas desloca o foco da salvação para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

No campo científico, o impacto é ainda mais profundo. As descobertas astronômicas de Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1630) e Galileu Galilei (1564 - 1642) abalam o edifício cosmológico aristotélico-ptolomaico. O universo deixa de ser geocêntrico e fechado para tornar-se heliocêntrico e

potencialmente infinito. Essa mudança de perspectiva não é apenas astronômica, mas ontológica e epistemológica: o homem, que antes ocupava o centro do cosmos, passa a habitar um universo em expansão, onde o conhecimento exige novos instrumentos de observação e novos critérios de verdade. A razão deixa de ser mera intérprete da tradição e assume o papel de força criadora do saber.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da matemática, da física experimental e das técnicas de observação dá origem a uma nova confiança na capacidade humana de decifrar as leis da natureza. A experiência e a observação tornam-se os fundamentos do conhecimento legítimo, substituindo o apelo à autoridade. Como observa Cassirer, “a experiência não mais constitui a oposição e o polo oposto à força fundamental do conhecimento teórico, à razão científica; ela representa, isso sim, seu meio por excelência, seu campo de ação e sua confirmação” (Cassirer, 2001, p. 279, *apud* Batista, 2015, p. 103). A razão, nesse novo horizonte, não é mais uma instância passiva que contempla o mundo, mas um poder ativo que o interpreta e transforma.

Essa transformação do pensamento está profundamente ligada a um novo modo de compreender o homem e sua relação com o real. O sujeito moderno nasce quando o ser humano reconhece em si mesmo a fonte do conhecimento e da legitimidade racional. A autoridade deixa de residir nos textos sagrados e passa a residir na consciência investigadora, capaz de verificar, medir e experimentar. A filosofia deixa de ser a guardiã da tradição e torna-se o motor da inovação.

241

Nesse cenário de transição, a Filosofia Moderna configura-se como um processo de emancipação da razão. A fé e a revelação, embora ainda presentes, perdem o monopólio da verdade. A racionalidade moderna busca um fundamento autônomo, capaz de sustentar o saber sem recorrer à metafísica da autoridade. É a passagem de um pensamento de obediência para um pensamento de experimentação, de um cosmos ordenado por causas finais para um universo regido por leis naturais.

É nesse contexto que se insere Francis Bacon, figura decisiva na consolidação desse novo espírito. Sua obra expressa com clareza o momento em que a Filosofia se volta da especulação para a experiência, da Teologia para a ciência, da contemplação para a ação. Bacon compreende que o saber não pode mais se apoiar em sistemas fechados, mas deve fundar-se em um método capaz de garantir a objetividade e a utilidade do conhecimento. Ele articula a crítica à tradição escolástica com a proposta de uma nova lógica da experiência, inaugurando a mentalidade científica que definirá os séculos seguintes.

A Filosofia Moderna nasce, assim, do encontro entre a crise da tradição e a afirmação da razão empírica. Seu ponto de partida é o reconhecimento de que a verdade não é herdada, mas construída; não é contemplada, mas investigada. Bacon representa, nesse percurso, a consciência inaugural de que o pensamento humano deve libertar-se das amarras da autoridade e da linguagem dogmática para instaurar uma nova ordem do saber – uma ordem fundada na observação, na experimentação e no poder criador da razão.

2 O MÉTODO INDUTIVO E A FUNDAÇÃO DO SABER EMPÍRICO

Francis Bacon e a ruptura com a tradição escolástica:
a fundamentação empírica do saber moderno

Entre os muitos traços que definem o nascimento da Filosofia Moderna, nenhum é tão característico quanto a busca por um método seguro de conhecimento. O ideal moderno de ciência nasce da desconfiança em relação às certezas herdadas da tradição e do desejo de fundar o saber sobre bases firmes, verificáveis e universais. Francis Bacon é o primeiro pensador a perceber que a transformação da razão não pode ocorrer apenas no plano das ideias, mas exige uma reorganização do próprio modo de pensar. Sua filosofia, ao propor o método indutivo, realiza aquilo que ele próprio chama de *instauratio magna* – uma “grande instauração” (Bacon, 2003) do espírito humano.

O *Novum Organum* (1620) é a obra em que Bacon apresenta esse novo método. O título faz alusão direta à obra *Organon* de Aristóteles (384-322 a.C.), indicando não apenas uma substituição de instrumentos, mas uma mudança radical de paradigma. Enquanto o *Organon* se baseava na dedução lógica a partir de princípios gerais, o *Novum Organum* propõe a indução como caminho do conhecimento verdadeiro (Bacon, 2003). Em vez de partir de axiomas abstratos, o filósofo deve partir dos fatos, das experiências singulares, e ascender gradualmente até os princípios universais. Assim, a razão deixa de ser um exercício de dedução e torna-se um processo de descoberta.

Para Bacon, o conhecimento legítimo nasce do contato direto com a natureza. É a experiência que fornece a matéria do saber, e o papel do intelecto é ordenar, comparar e generalizar a partir dessa experiência. No *Aforisma I*, ele define o homem como “ministro e intérprete da natureza”, isto é, como alguém que não cria as leis naturais, mas as descobre através da observação (Bacon, 2003, p. 7). Essa concepção implica uma atitude de humildade intelectual: a natureza só revela seus segredos à razão que se dispõe a obedecer-lhe: “A natureza não se vence, se não quando se lhe obedece” (Bacon, 2003, *Aforisma III*, p. 7). A ciência, portanto, não é o exercício da soberba humana, mas uma forma de colaboração entre o espírito e o mundo.

O método indutivo pressupõe uma mente disciplinada, capaz de resistir à tentação de saltar das aparências imediatas às generalizações precipitadas. Bacon distingue, no *Aforisma XIX*, duas vias do intelecto: a tradicional, que “salta das sensações aos axiomas mais gerais”, e a verdadeira, que “recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar [...] os princípios de máxima generalidade” (Bacon, 2003, p. 10). A ciência, nesse sentido, não é um conjunto de dogmas, mas um processo cumulativo e ascendente, no qual cada descoberta amplia o horizonte do saber e prepara a próxima.

Essa nova lógica representa uma profunda reforma epistemológica. Bacon substitui o modelo silogístico, que operava pela relação entre proposições abstratas, por um modelo experimental que articula observação, hipótese e verificação. O conhecimento torna-se ativo e dinâmico: o cientista não apenas contempla, mas intervém na natureza, reproduzindo fenômenos em condições controladas para compreender suas causas. Essa atitude inaugura o método experimental que será consolidado por Galileu Galilei e Isaac Newton (1643-1727), e que se tornará a base da ciência moderna.

Contudo, o projeto baconiano não se reduz a uma metodologia técnica. Ele traz consigo uma nova visão do papel da razão na história humana. O conhecimento, para Bacon, não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de melhoria da condição humana. O lema *scientia potentia est* – “o saber é poder” – exprime essa convicção de que o saber, quando organizado e aplicado corretamente, confere ao homem o domínio racional sobre a natureza (Bacon, 2003). Esse domínio, porém, não é destrutivo; é um domínio que se realiza pela compreensão das leis naturais e pela obediência a elas. Em outras palavras, o poder da ciência é inseparável da prudência e da ética do conhecer.

A filosofia baconiana, portanto, une empirismo e humanismo. O método indutivo não é apenas uma técnica de investigação, mas também uma pedagogia da razão. Ele educa o espírito humano na paciência, na observação e na modéstia, ensinando que a verdade não se impõe pela autoridade, mas se revela pela experiência. Nessa perspectiva, a ciência é um empreendimento moral, pois requer virtudes intelectuais como a constância, a prudência e a sinceridade diante dos fatos.

Ao fundar o conhecimento sobre a experiência, Bacon também redefine a própria relação entre teoria e prática. Na tradição escolástica, a teoria possuía um estatuto superior, e a prática era vista como aplicação imperfeita do saber. Em Bacon, essa hierarquia se inverte: a teoria só tem valor se for útil, se puder servir à vida, à técnica e ao progresso humano. A Filosofia torna-se, assim, uma Filosofia operativa, voltada para os efeitos concretos do conhecimento. O saber deve produzir frutos, e o critério de sua validade não é mais a coerência interna das ideias, mas a eficácia de seus resultados.

Por tudo isso, o método indutivo não é apenas um ponto de partida técnico da ciência moderna, mas o símbolo do espírito moderno. Ele traduz a confiança na razão humana e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de seus limites. É uma racionalidade que se constrói sobre a experiência e que aprende com os próprios erros; uma razão que não se arroga o poder de dominar o real, mas busca compreendê-lo em sua complexidade.

Assim, a filosofia de Bacon inaugura uma nova era do pensamento: a era da experimentação e da construção progressiva do saber. Sua influência atravessará os séculos seguintes, inspirando desde o empirismo inglês até o positivismo e a epistemologia contemporânea. Bacon é, nesse sentido, o verdadeiro arquiteto da mentalidade científica moderna, aquele que ensinou à razão que conhecer é, antes de tudo, aprender a ver.

3 A CRÍTICA À TRADIÇÃO FILOSÓFICA E À LÓGICA ARISTOTÉLICA

A crítica de Francis Bacon à tradição filosófica e à lógica aristotélica constitui um dos momentos mais significativos da virada moderna. A transição do pensamento medieval para o moderno não se deu apenas pela substituição de certos conteúdos, mas por uma transformação do próprio modo de pensar. O alvo de Bacon não era Aristóteles em sua totalidade, mas o aristotelismo escolástico, que havia se tornado um sistema fechado, dogmático e estéril, incapaz de promover o avanço do

conhecimento. A filosofia, ao longo dos séculos, tornara-se mais preocupada em defender autoridades do que em investigar a natureza.

Para Bacon, a ciência herdada da Antiguidade, preservada pela tradição escolástica, havia se transformado em um labirinto verbal, onde o intelecto se perdia em discussões abstratas. O método silogístico, núcleo da lógica aristotélica, operava sobre proposições e não sobre as coisas, sobre palavras e não sobre os fenômenos. Essa lógica, por mais coerente que fosse em sua forma, não possuía eficácia na descoberta de novas verdades. No *Novum Organum*, Bacon afirma que os resultados alcançados pelas ciências até então foram mais produto do acaso e de tentativas isoladas do que de um método genuíno: “Mesmo os resultados até agora alcançados devem-se muito mais ao acaso e a tentativas que à ciência. [...] Não constituem novos métodos de descoberta nem esquemas para novas operações” (Bacon, 2003, p. 8).

Ao recusar o silogismo, Bacon não pretende negar a importância da lógica, mas transformá-la. A dedução, segundo ele, parte de princípios gerais que não são verificados e, por isso, gera apenas uma aparência de certeza. As noções fundamentais – substância, forma, matéria, qualidade – são vagas, mal definidas e extraídas da linguagem comum, não da observação rigorosa. No *Aforisma XIV*, ele declara que “o silogismo consta de proposições, as proposições de palavras, as palavras são o signo das noções. Pelo que, se as próprias noções [...] são confusas e temerariamente abstraídas das coisas, nada que delas depende pode pretender solidez” (Bacon, 2003, p. 8).

Aqui, Bacon realiza uma crítica radical da linguagem e de sua relação com o pensamento. Ele percebe que o erro humano não nasce apenas da ignorância dos fatos, mas também da confusão das palavras, que aprisionam o intelecto em categorias herdadas. O vocabulário filosófico da tradição – “substância”, “forma”, “ato”, “potência”, “geração”, “corrupção” – havia se tornado um repertório de metáforas fossilizadas. A Filosofia, ao operar com esses conceitos, afastava-se da natureza e aproximava-se de um teatro de ilusões. Essa crítica à linguagem antecipa, de certo modo, preocupações que ressurgirão em filósofos posteriores como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951), para os quais os equívocos do pensamento derivam do mau uso das palavras.

No centro da crítica baconiana está a convicção de que a razão humana precisa de um novo instrumento. Não se trata de abandonar a racionalidade, mas de purificá-la, libertando-a dos vícios acumulados pela tradição. O verdadeiro saber, para Bacon, não é uma contemplação de essências imutáveis, mas a interpretação da natureza em sua dinamicidade. O filósofo não deve raciocinar sobre o mundo a partir de princípios abstratos, e sim investigá-lo mediante observações, experimentos e comparações sucessivas. É essa disposição investigativa que torna possível a passagem da filosofia natural à ciência empírica.

A crítica a Aristóteles, portanto, tem um sentido estrutural. Bacon percebe que a lógica dedutiva, baseada em silogismos, é incapaz de gerar conhecimento novo porque parte do que já se sabe. Seu resultado é tautológico: confirma o que já está implícito nas premissas. A verdadeira ciência, ao contrário, deve ser inovadora e

produtiva, capaz de descobrir novas leis e ampliar o horizonte da experiência. Por isso, o método indutivo baconiano é, antes de tudo, uma reação contra o imobilismo cognitivo da Escolástica.

Essa oposição não é apenas técnica, mas também espiritual. Bacon vê na Escolástica o predomínio da autoridade e da disputa, do que ele chama de “ciência verbal”. O saber, reduzido a retórica, tornara-se uma competição de erudição e não uma busca de verdade. Como ele mesmo afirma no *Aforisma XIII*, o silogismo “não é empregado para o descobrimento dos princípios das ciências”, pois está distante das dificuldades reais da natureza (Bacon, 2003, p. 8). A Filosofia, nesse estado, havia se transformado em espetáculo: um “teatro” onde se representavam sistemas grandiosos, mas fictícios.

Essa denúncia será desenvolvida por Bacon no conceito de *Ídolos do Teatro*, em que compara os sistemas filosóficos a encenações que iludem o público e afastam o espírito da realidade. A crítica ao aristotelismo é, portanto, o prelúdio de uma crítica mais ampla à ilusão da razão – tema que será retomado, em outros registros, por René Descartes (1596-1650), Immanuel Kant (1724-1804) e os filósofos críticos da modernidade.

Como observa Gustavo Batista (2015, p. 107), “Bacon almejava superar os paradigmas escolásticos até então vigentes, os quais não propiciavam ao ser humano o conhecimento necessário para o efetivo domínio da natureza”. A rejeição à tradição não se limita, portanto, a um gesto de ruptura; ela expressa a necessidade de refundação. O filósofo inglês propõe que o saber se reconstrua sobre bases empíricas e verificáveis, substituindo a autoridade dos livros pela autoridade da experiência.

Essa refundação implica também uma nova ética do pensamento. O filósofo deve abandonar a vaidade da erudição e adotar a humildade do observador. O saber verdadeiro nasce da escuta atenta da natureza, não do orgulho da razão. Ao propor essa atitude, Bacon antecipa o ideal moderno de uma racionalidade modesta, autocrítica e progressiva. Sua crítica à lógica aristotélica, portanto, não é apenas uma negação do passado, mas a afirmação de um novo modo de conhecer – um modo que funda o nascimento da ciência moderna e estabelece os princípios de uma racionalidade aberta, experimental e criadora.

Bacon, assim, se inscreve na história do pensamento como o filósofo da passagem, o que rompe o círculo da tradição e inaugura o caminho da modernidade. Sua obra marca o momento em que a Filosofia deixa de buscar a verdade nas autoridades do passado e começa a construí-la no diálogo entre o homem e o mundo. A partir dessa inflexão, a razão passa a ser não apenas instrumento de demonstração, mas força de invenção – e é nesse gesto inaugural que se consolida o espírito científico que ainda hoje orienta a civilização moderna.

4 A DOCTRINA DOS ÍDOLOS E A PURIFICAÇÃO DO INTELECTO

A *Doutrina dos Ídolos* constitui o núcleo crítico da filosofia baconiana e representa o ponto de convergência entre sua epistemologia e sua antropologia. Antes de instaurar o novo método científico, Bacon reconhece a necessidade de

depurar o intelecto humano dos erros que o contaminam e o impedem de alcançar a verdade. Esses erros, acumulados ao longo dos séculos, não derivam apenas da ausência de método, mas da própria estrutura da mente humana, inclinada à precipitação, à imaginação descontrolada e ao apego à tradição (Bacon, 2003). Nesse sentido, a crítica baconiana aos ídolos é também uma crítica à natureza humana enquanto sujeito cognoscente, que tende a deformar o real segundo seus desejos, crenças e expectativas.

No *Novum Organum*, Bacon descreve esses obstáculos sob o nome de “ídolos”, imagens ilusórias que deformam o entendimento e o afastam da realidade. Ele distingue quatro espécies principais: os Ídolos da Tribo, da Caverna, do Foro e do Teatro. Cada uma dessas formas de erro reflete um modo distinto de distorção do pensamento e, juntas, compõem um mapa dos vícios cognitivos que a razão deve enfrentar para se tornar científica. A filosofia baconiana, portanto, começa com um gesto de humildade: reconhecer que o intelecto não é naturalmente claro, mas um espelho imperfeito que precisa ser polido.

Os Ídolos da Tribo decorrem da própria condição humana. O intelecto, segundo Bacon, é “semelhante a um espelho que reflete desigualmente os raios das coisas e, dessa forma, as distorce e corrompe” (Bacon, 2003, *Aforisma XLI*, p. 14). Trata-se de ilusões universais, compartilhadas por todos, que resultam da tendência humana a projetar ordem e regularidade onde há apenas acaso ou diversidade. O homem, em seu anseio por compreender, força a natureza a responder segundo suas próprias categorias, convertendo o real em reflexo de sua mente. Essa projeção é o primeiro e mais profundo obstáculo do conhecimento empírico: o sujeito toma a si mesmo como medida das coisas.

Já os Ídolos da Caverna nascem das particularidades individuais, isto é, das experiências, paixões, hábitos e educações específicas que moldam o olhar de cada pessoa. Como afirma Bacon, “cada um tem uma caverna ou cova que intercepta e corrompe a luz da natureza” (Bacon, 2003, *Aforisma XLII*, p. 14). Essa imagem alude tanto à interioridade subjetiva quanto ao mito platônico da caverna, com a diferença de que, em Bacon, a libertação não se dá pela contemplação das ideias, mas pelo exercício metódico da observação. O homem deve aprender a sair da sua própria sombra, ou seja, a suspender seus preconceitos pessoais e a educar o olhar para que este se ajuste à realidade das coisas.

Os Ídolos do Foro derivam do mau uso da linguagem. As palavras, cunhadas pela experiência comum, são frequentemente imprecisas e enganosas; ao se tornarem instrumentos da ciência, podem corromper o raciocínio e gerar confusão. Bacon observa que o intelecto é “bloqueado espantosamente” quando se deixa dominar pelas disputas verbais em vez de se concentrar nas coisas mesmas (Bacon, 2003, *Aforisma XLIII*, p. 15). A linguagem, longe de ser apenas um meio neutro de comunicação, torna-se um campo de armadilhas, no qual os conceitos herdados da tradição aprisionam o pensamento. Essa crítica antecipa, de modo notável, a reflexão moderna sobre a relação entre linguagem e verdade, que encontrará em Wittgenstein e na filosofia analítica uma de suas expressões mais rigorosas.

Por fim, os Ídolos do Teatro correspondem às doutrinas filosóficas e sistemas herdados da tradição, comparáveis a “fábulas produzidas e representadas” que exibem mundos fictícios (Bacon, 2003, *Aforisma XLIV*, p. 15). São as ilusões sistemáticas que transformam o pensamento em encenação, afastando o intelecto da observação direta da natureza. Bacon compara essas doutrinas a peças teatrais, porque nelas o pensamento não observa, mas representa; não interroga, mas repete. A Filosofia, quando se torna dogmática, converte-se em espetáculo, e o saber deixa de ser experiência para tornar-se crença.

A tarefa filosófica, portanto, é crítica e purificadora: consiste em desmontar as falsas representações que se interpunham entre o homem e a verdade. A destruição dos ídolos é o primeiro passo para instaurar um novo edifício do saber, fundado na experiência e no método indutivo. Essa purificação tem um sentido duplo – epistemológico e ético. Epistemológico, porque liberta o pensamento das abstrações e preconceitos que o desviam do real; ético, porque exige vigilância constante sobre as tendências subjetivas que corrompem a razão. Purificar o intelecto é, em Bacon (2003), um ato de responsabilidade moral, pois o erro nasce tanto da ignorância quanto da soberba.

Como observa Batista (2015, p. 112), a Doutrina dos Ídolos ultrapassa o campo da ciência, alcançando também a educação, pois esta pode libertar o homem dos preconceitos ou perpetuá-los, dependendo de sua orientação. A crítica baconiana, nesse sentido, é também uma pedagogia da mente: ensina o homem a reconhecer seus enganos e a disciplinar o pensamento. Assim, a filosofia baconiana revela uma dimensão formativa profunda, na qual o conhecimento verdadeiro é inseparável da educação do espírito, da capacidade de autocrítica e do cultivo da humildade intelectual.

A crítica aos ídolos, portanto, não é uma recusa do passado, mas uma depuração do intelecto em vista de um futuro mais lúcido. Ao identificar os mecanismos de erro, Bacon antecipa o princípio moderno da autocrítica da razão, fundamento da Ciência e da Filosofia posteriores. Em certo sentido, sua doutrina inaugura o gesto reflexivo que será retomado por René Descartes, Immanuel Kant e Edmund Husserl (1859-1938): a necessidade de examinar as condições do próprio conhecer antes de pretender conhecer qualquer coisa. A superação dos ídolos marca, assim, o nascimento de uma nova mentalidade – a do homem que, consciente de sua fragilidade, busca na experiência e no método o caminho seguro para a verdade, transformando a purificação do intelecto em tarefa permanente da razão humana.

CONCLUSÃO

A filosofia de Francis Bacon marca o limiar de uma nova era do pensamento ocidental. Ao promover a ruptura com a tradição escolástica e com o sistema lógico aristotélico, Bacon não realiza apenas uma reforma metodológica, mas uma verdadeira revolução espiritual da razão. Ele introduz uma nova atitude diante do saber: em vez de contemplar a natureza como um espelho da ordem divina, propõe interrogá-la, investigá-la e interpretá-la segundo suas próprias leis. Com isso, o

conhecimento deixa de ser uma via de contemplação metafísica e se torna um instrumento de libertação e de domínio racional sobre o mundo.

O método indutivo, longe de ser apenas uma técnica científica, expressa uma nova concepção de racionalidade. A razão baconiana é ativa, experimental e progressiva; ela avança pela observação paciente, pela verificação empírica e pela organização sistemática dos dados da experiência. O saber não é um conjunto de verdades imutáveis, mas um processo contínuo de aperfeiçoamento, um caminho em que a mente humana aprende com a própria natureza. Essa concepção inaugura uma ideia de ciência como empreendimento coletivo e histórico, no qual cada descoberta prepara a seguinte, e o progresso é construído sobre a correção dos erros passados.

No entanto, Bacon compreende que a razão humana, para cumprir essa tarefa, deve antes purificar-se de suas ilusões. A *Doutrina dos Ídolos* constitui, nesse sentido, a crítica mais radical à pretensão ingênua da razão de ser transparente a si mesma. Os ídolos da Tribo, da Caverna, do Foro e do Teatro representam os limites constitutivos do intelecto humano: ilusões de percepção, deformações da linguagem, vícios de costume e servidão à autoridade. Ao denunciá-los, Bacon antecipa um princípio que se tornará central na modernidade – o da autocrítica da razão. O verdadeiro progresso do saber não consiste apenas em acumular informações, mas em examinar criticamente as próprias condições do conhecer.

Essa purificação do intelecto possui um sentido simultaneamente epistemológico e ético. Epistemológico, porque remove os obstáculos que impedem a apreensão da verdade; ético, porque exige uma postura de humildade diante da natureza e de vigilância sobre os próprios limites. Conhecer, para Bacon, é um ato de disciplina e de modéstia intelectual. O homem não é o senhor absoluto do mundo, mas seu intérprete; não impõe leis à natureza, mas as descobre ao obedecer-lhe. A célebre máxima “a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece” sintetiza essa ética do conhecimento que substitui a arrogância especulativa pela obediência racional.

Desse modo, o projeto baconiano não se reduz a um modelo científico, mas delinea uma nova concepção de humanidade. A ciência é concebida como serviço à vida, e o saber, como poder orientado para o bem comum. A frase *scientia potentia est* não expressa a dominação violenta da natureza, mas o poder emancipador que o conhecimento oferece ao homem quando guiado pela razão e pela prudência. O saber útil é aquele que transforma o mundo, mas também transforma o próprio sujeito que conhece.

Bacon, assim, ocupa um lugar central na história da Filosofia: ele é o pensador da transição, o arquiteto de uma ponte entre o mundo teocêntrico da Idade Média e a consciência autônoma da Modernidade. Sua crítica aos ídolos antecipa o espírito crítico do Iluminismo; seu método indutivo prepara o caminho para a ciência moderna; sua visão do conhecimento como poder ético e coletivo antecipa o ideal humanista de progresso.

Em um tempo em que a racionalidade técnica tende a separar-se de sua dimensão ética, a lição de Bacon mantém-se atual. Ela recorda que todo avanço

científico deve ser acompanhado por uma reflexão sobre seus fins e seus limites. O conhecimento, quando se esquece de sua origem ética, converte-se em instrumento de dominação; quando se lembra de sua vocação humanista, torna-se instrumento de emancipação.

Assim, a filosofia baconiana não é apenas o ponto de partida da ciência moderna, mas também uma advertência permanente à própria Modernidade: a de que a razão, para não se perder em seus próprios ídolos, precisa conservar viva a consciência crítica de sua finitude. É nesse equilíbrio entre saber e humildade, entre poder e ética, que Bacon encontra o verdadeiro fundamento do saber moderno: um saber que nasce da experiência, orienta-se pela razão e se justifica pela utilidade e pela dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BATISTA, G. A. Filosofia, ciência e educação no pensamento de Bacon. *Educação Unisinos*, v. 19, n. 1, p. 101-113, jan./abr. 2015.

BACON, F. *Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. Edição eletrônica. Virtual Books Online M&M Editores Ltda., 2003.

Submetido: 02 de fevereiro de 2026

Aceito: 02 de março de 2026